



Requerimento Nº 261/2026

REQUEIRO AO PREFEITO MUNICIPAL PAULO DE OLIVEIRA E SILVA, PARA QUE, INFORMAÇÕES ACERCA DA APLICAÇÃO E ADEQUAÇÃO MUNICIPAL À LEI FEDERAL Nº 15.326/2026, QUE PROMOVEU ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO NACIONAL REFERENTE AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

**SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES VEREADORES E VEREADORAS.**

REQUEIRO à Mesa, na forma regimental, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Paulo de Oliveira e Silva, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Negócios Jurídicos, sejam prestadas as seguintes informações acerca da aplicação e adequação municipal à Lei Federal nº 15.326/2026, que promoveu alterações na legislação nacional referente aos profissionais do magistério e professores da educação infantil:

1. O Município já realizou estudo técnico, administrativo ou jurídico acerca dos impactos decorrentes da Lei Federal nº 15.326/2026?
2. Existe entendimento jurídico consolidado no âmbito municipal quanto à aplicabilidade da referida legislação aos servidores municipais vinculados à educação infantil?
3. Há previsão de encaminhamento de Projeto de Lei ou outro instrumento normativo municipal visando regulamentar ou adequar a estrutura funcional local às disposições da Lei Federal nº 15.326/2026?
4. Quantos servidores atualmente ocupam empregos ou cargos relacionados à função de Auxiliar de Creche, Educador Infantil, Professor de Primeira Infância ou outros correlatos que possam ser alcançados direta ou indiretamente pelos efeitos da referida legislação?
5. Houve a formalização de requerimentos administrativos solicitando reenquadramento ou adequação funcional com fundamento na Lei Federal nº 15.326/2026? Em caso positivo, informar quantitativo e situação atual.
6. Existe estimativa do impacto financeiro e atuarial decorrente de eventual reconhecimento administrativo, reenquadramento, adequação funcional ou alteração remuneratória envolvendo tais servidores?
7. Há estudos acerca de eventual extensão dos efeitos da legislação para outras categorias vinculadas ao suporte pedagógico, inspeção, coordenação, orientação ou funções correlatas?
8. Considerando a existência de manifestações jurídicas sobre o tema, informar se há entendimento definitivo e uniforme da Administração Municipal quanto à matéria.



Estado de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Gabinete do Vereador Marcos Paulo Cegatti



O presente requerimento tem por objetivo exercer a função fiscalizatória do Poder Legislativo, buscando acompanhar os desdobramentos administrativos e jurídicos decorrentes da Lei Federal nº 15.326/2026, especialmente diante dos potenciais impactos sobre a estrutura funcional do quadro municipal de educação, eventual necessidade de adequação legislativa local e possíveis reflexos orçamentários e financeiros ao Município.

Visa-se garantir transparência administrativa, segurança jurídica e adequada análise dos efeitos da legislação federal perante a realidade municipal, evitando interpretações divergentes e futuras demandas administrativas ou judiciais.

Sala das Sessões “Vereador Santo Rótoli”, em 25 de maio de 2026.

Vereador Marcos Paulo Cegatti



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:1193/2026 - 22/05/2026 - 14:09 - FUD7-PP4B-0G4B-J63H



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=FUD7PP4B0G4BJ63H>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: FUD7-PP4B-0G4B-J63H

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:1193/2026 - 22/05/2026 - 14:09 - FUD7-PP4B-0G4B-J63H